

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Conta de luz terá cobrança extra de R\$ 3 a cada 100kWh consumidos	2
Título: A hora e a vez do governo federal	2
Título: Minério de ferro.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: ANP multa Petrobras em R\$ 2,6 bi por irregularidades nos royalties	4
Título: Conta de luz terá sobretaxa maior em abril após 13 meses.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Conta de luz volta a subir com bandeira vermelha	6
Título: Santo Antônio pode receber oferta até abril.....	7
Título: Braskem enfrentará mais uma ação nos EUA.....	7
Título: Renova fecha acordo de venda de parques eólicos para AES	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: Falta de chuva faz conta de energia ficar mais cara	9
Título: Ameaça ao ambiente	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Conta de luz terá cobrança extra de R\$ 3 a cada 100kWh consumidos**

Taxa se refere ao 1º patamar da bandeira tarifária vermelha, que vai vigorar este mês

O aumento do custo de geração de energia elevará do nível amarelo para o primeiro patamar da bandeira vermelha a cobrança extra nas contas de luz em abril. Isso significa uma taxa de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Com a mudança, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), “os consumidores devem fazer uso eficiente de energia elétrica e combater os desperdícios”. Em março, vigorou a bandeira amarela, com custo de R\$ 2 a cada 100 kWh. O nível das bandeiras segue o custo das usinas mais caras acionadas no país. A evolução do nível verde, em fevereiro, para amarelo, em março, e agora para o nível 1 da bandeira vermelha, reflete a necessidade de ligar usinas térmicas cada vez mais caras para lidar com a maior escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas.

A bandeira amarela é acionada quando são ligadas usinas com custo a partir de R\$ 211,28 por Megawatt-hora (MWh), e a vermelha no patamar 1 quando o custo é de de R\$ 422,56 por MWh. Apesar de o país estar no fim do “período úmido”, quando chove mais, o nível de reservatórios, principalmente no Nordeste, vem preocupando a cúpula do sistema elétrico nacional. No início de março, o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE) alertou para o nível muito baixo das usinas do rio São Francisco. Com a situação, o governo solicitou um despacho mais intenso de térmicas, para fazer frente à necessidade da região. O CMSE ratificou que o fornecimento de energia para o Nordeste está garantido por outras fontes de geração e pelo Sistema Interligado Nacional. ()

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Elena Landau****Título: A hora e a vez do governo federal**

O país parece estar entrando em novo ciclo de privatizações. É uma meia verdade. Empresas estaduais de saneamento de vários estados estão sendo apoiadas pelo BNDES em seu processo de venda. Os leilões de aeroportos foram retomados, assim como leilões de linhas de transmissão de energia, com novas regras que trouxeram mais segurança jurídica e menos intervenção do governo, garantido seu sucesso.

Mas pouco se ouve falar de privatização de empresas federais. O país possui 159 empresas estatais, além de 220 estatais inativas. Boa parte deste inchaço do Estado é herança dos governos Lula e Dilma. Há todo tipo de empreendimentos neste grupo; existem empresas controladoras, subsidiárias e veículos financeiros, nas mais diversas atividades econômicas.

Todas elas com diretores e conselheiros a serem apontados pela União. A fiscalização e o controle desse grupo grande e diversificado de empresas são tarefas ingratas. Muitas nunca tiveram razão de existir, como a Hemobrás, outras perderam há muito a razão de existir, como Telebras e Valec.

Nos governos petistas, por uma concepção completamente equivocada do papel do Estado, assistimos a um aumento explosivo da participação das grandes estatais em investimentos questionáveis tanto pela sua qualidade quanto pela taxa de retorno, muitas vezes chamadas de “patrióticas”, que só as estatais aceitaram.

Esse fenômeno engloba desde o investimento da Caixa no Banco Pan realizado ao final do período Lula, tornando o governo sócio de Silvio Santos, como as inúmeras participações da Eletrobras em empreendimentos do setor elétrico, ou investimentos da Petrobras em refinarias, estimulados por Dilma. Petrobras e Eletrobras, as mais afetadas pela intervenção política, estão organizando seus programas de desinvestimentos.

Mas são iniciativas empresariais decididas pelas suas administrações, e não um programa de privatização federal. Também há ventos positivos na reestruturação de algumas, como o caso da Infraero, que não mais participa de leilões de aeroportos e cuja nova organização societária que está sendo desenhada permitirá com mais facilidade uma operação de oferta de ações ao setor privado.

Correios também devem passar por forte programa de redução de custos, mas a possibilidade de sua venda aparece mais como ameaça do que de uma definição do Estado que queremos e que podemos ter. A privatização, infelizmente, só entra na agenda quando a crise fiscal exige. Ainda assim, o ministro Meirelles, ao anunciar esta semana mais um pacote de ajuste, que prevê corte de R\$ 41 bilhões para cumprir a meta fiscal deste ano, não incluiu a privatização.

O governo federal precisa lançar um programa de desestatização que vá além de um requentado pacote de concessões. Nesta lista de centenas de empresas, ativas ou inativas, que a Secretaria de Empresas Estatais acompanha há, sem dúvidas, muitas a serem liquidadas, extintas ou vendidas.

Está na hora de a União dar o exemplo. Se o Tesouro exige, como deve exigir que os estados façam sua parte, o governo federal também deve fazer.

Elena Landau é economista, advogada e integrante do Conselho de Administração da Eletrobras

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Minério de ferro

O novo presidente da Vale, Fabio Schvartsman, convidou Peter Poppinga para continuar como diretor-executivo de Minério de Ferro, área de maior negócio da empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: ANP multa Petrobras em R\$ 2,6 bi por irregularidades nos royalties

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) aplicou multa de R\$ 2,6 bilhões à Petrobras e aos sócios do campo de Lula, o maior do país, por irregularidades no cálculo de royalties sobre a produção.

Em 2016, a agência iniciou uma investigação sobre o tema após observar comportamento atípico nos preços do petróleo informados para o cálculo das compensações financeiras pagas a estados e municípios.

Os royalties são calculados com base no maior valor entre o preço estabelecido em nota fiscal de venda do petróleo ou um preço de referência estipulado pela própria ANP.

Analisando as contas das petroleiras, a área técnica da agência identificou que, em determinado momento, o preço de venda informado pelas empresas começou a se aproximar do preço de referência, que era menor.

Em outubro, quando o problema veio à tona, a direção da ANP evitou citar o nome das empresas suspeitas, mas disse que aprofundaria as investigações.

"A gente não pode hoje, com as informações que a gente tem, dizer que é uma operação irregular. Isso está sendo apurado porque houve um comportamento estranho de um determinado momento para a frente", disse na época o diretor da agência Waldyr Barroso.

A ANP ainda não se pronunciou sobre o assunto.

Em nota, a Petrobras diz que a muta foi dada por "divergência na interpretação da aplicação de preços do petróleo utilizados para o cálculo de participações governamentais" entre maio de 2013 e dezembro de 2016.

Lula produziu uma média de 730 mil barris de petróleo por dia em janeiro, segundo dados da ANP. É hoje o campo que mais paga royalties no país.

A Petrobras tem como sócias no projeto a BG, que é subsidiária da Shell e a Galp.

"Os consorciados entendem que atuaram em conformidade com a legislação em vigor desde 2000", disse a estatal, acrescentando que a "alteração da interpretação" pelo órgão regulador afeta a viabilidade do projeto.

"Dessa forma, o consórcio contestará a autuação perante a ANP e, em sendo necessário, adotará as medidas judiciais cabíveis na defesa dos seus interesses", completou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Conta de luz terá sobretaxa maior em abril após 13 meses

A bandeira tarifária vermelha voltará às contas de luz em abril, após 13 meses sem o mecanismo que eleva os custos da energia com o objetivo de sinalizar aos consumidores a menor oferta no sistema elétrico, informou nesta sexta-feira (31) a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A bandeira vermelha em primeiro patamar, que não era acionada desde fevereiro de 2016, gera cobrança adicional de R\$ 3 a cada 100 kilowatts-hora.

A mudança no patamar da bandeira, que em março foi amarela, é reflexo de chuvas abaixo da média histórica entre novembro e março, período chuvoso do Brasil, e de previsões pessimistas para as precipitações em abril.

O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) apontou nesta sexta-feira expectativa de que as chuvas em abril atinjam apenas 68% da média histórica na região das hidrelétricas do Sudeste, que concentra a maior parte dos reservatórios.

Com as chuvas ruins, as usinas hidrelétricas não têm conseguido recuperar o nível de armazenamento em seus lagos, o que reduz de maneira conjuntural a oferta de energia e leva ao uso de termelétricas, mais caras, para atender à demanda.

Com a hidrologia desfavorável, deverá haver menor geração nas hidrelétricas em 2017, o que deverá gerar também fortes impactos financeiros no mercado de eletricidade como um todo, incluindo menor receita para hidrelétricas e maiores custos para consumidores.

A CEEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) estimou na véspera que a menor geração hídrica deverá gerar um impacto financeiro de R\$ 20,9 bilhões no mercado de energia, devido à necessidade de compra de energia mais cara de outras fontes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Conta de luz volta a subir com bandeira vermelha

Recurso ficou acionado durante 2015 e janeiro e fevereiro do ano passado; agora, a cada 100 kWh, conta fica R\$ 3 mais cara

As contas de luz de abril vão incluir a bandeira vermelha, o que vai implicar na cobrança de taxas extras para todos os consumidores do País. A decisão foi anunciada ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com a bandeira vermelha, que será aplicada em seu primeiro patamar, serão adicionados R\$ 3 a cada 100 quilowattshora (kWh) consumidos.

O sistema de bandeiras é atualizado mensalmente pela Aneel, que avalia a situação dos reservatórios em todo o País para tomar uma decisão. Em março, as chuvas já tinha ficado abaixo das expectativas, o que levou à necessidade de acionar mais usinas termoeletricas para abastecer o País. Na avaliação da agência, a situação se agravou. A preocupação agora é poupar água nos reservatórios para garantir que não haja escassez depois do fim do período chuvoso.

Para guardar essa água, é necessário ligar mais usinas termoeletricas, que geram uma energia mais cara. Há mais de um ano a bandeira vermelha não era acionada. O recurso ficou acionado durante todo o ano de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016. De lá para cá, as contas mensais oscilaram entre bandeiras verdes e amarelas.

Patamares.

A bandeira vermelha possui dois patamares de cobrança. Quando o custo das termoeletricas ligadas supera R\$ 422,56 por megawatt-hora (MWh), a Aneel utiliza o primeiro patamar da bandeira vermelha, que adiciona entre R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos. Se o valor for superior a R\$ 610,00 por MWh, o

sistema atinge o segundo patamar da bandeira vermelha, cujo acréscimo é de R\$ 3,50 a cada 100 kWh.

Em março, esse custo ficou entre R\$ 211,28 por MWh e R\$ 422,56 por MWh, nível em que é aplicada a bandeira amarela, que adiciona R\$ 2,00 para cada 100 kWh consumidos. De dezembro a fevereiro, havia vigorado a bandeira verde, sem nenhuma cobrança adicional na conta de luz, porque o custo das térmicas acionadas ficou abaixo de R\$ 211,28 por Mwh.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Santo Antônio pode receber oferta até abril

A hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, pode receber uma oferta vinculante até abril, disse ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr. A Eletrobrás e as outras sócias da usina (Odebrecht, Cemig e SAAG Investimentos, da Andrade Gutierrez, além do Caixa FIP Amazônia Energia) estão negociando com investidores o ativo, que recebeu quase R\$ 21 bilhões em investimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Braskem enfrentará mais uma ação nos EUA

A petroquímica Braskem deve enfrentar a maior parte de uma ação sobre seu papel no escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras. Em uma decisão divulgada ontem, o juiz Paul Engelmayer disse que os detentores de ações da Braskem podem processar a empresa por ter escondido que o pagamento de suborno permitiu a compra de nafta da Petrobras a preços inferiores aos de mercado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Renée Pereira

Título: Renova fecha acordo de venda de parques eólicos para AES

Contrato envolve a venda de 15 complexos na região de Caetité, na Bahia, e ainda passará pelo conselho da companhia; com a venda, empresa, que chegou a ser a maior geradora de energia eólica do País, volta ao estágio inicial, com operação de PCHs

EDP e Eneva vão à Justiça contra cobrança de taxa emergencial por seca

A Renova Energia anunciou que fechou um acordo com a AES Tietê para a venda do parque eólico Alto Sertão II, na Bahia. Em reunião realizada na noite de quinta-feira, os sócios controladores da empresa, formada por Cemig, Light e RR Participações, aceitaram a proposta de R\$ 650 milhões feita pelo grupo americano. A decisão ainda passará pelo Conselho de Administração da companhia, que possivelmente ocorrerá na semana que vem.

Parte do dinheiro da venda dos ativos será usada para concluir Alto Sertão III

Em nota enviada ao mercado na madrugada desta sexta-feira, 13, a Renova afirma que a conclusão do negócio ainda está sujeita a alguns termos negociados e discutidos entre as partes. Também precisa ter o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acionista com 7,74% de participação na empresa, e dos minoritários. Mas, segundo uma fonte próxima da companhia, faltam apenas detalhes burocráticos e algumas formalidades para, de fato, concluir a transação.

O negócio envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações, empresa que controla 15 parques eólicos na região de Caetité, no interior da Bahia. Juntos eles têm capacidade de 386 MW. Com a venda, a companhia – que já foi a maior geradora de energia eólica do País – ficará com poucos empreendimentos em operação. Na verdade, ela praticamente volta ao estágio inicial quando foi criada por Ricardo Delneri e Renato Amaral, em 2001 – empresários que dão nome a RR Participações. Em 2011, a Cemig – por meio da Light – comprou 50% do bloco de controle da Renova.

Sem o Alto Sertão II, a empresa ficará com cerca de 230 MW de energia em operação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e a participação de 11% que mantém na TerraForm, controlada da americana SunEdison – que comprou o parque eólico Alto Sertão I. A ideia inicial de reestruturação da empresa era exatamente a oposta: preservar os ativos eólicos e se desfazer das PCHs. Mas a crise exigiu mudança de planos.

Novos projetos. O ponto positivo da empresa é o portfólio de empreendimentos, em estudo ou em andamento. Para os próximos anos, há uma série de projetos eólicos que devem entrar em operação. Parte do dinheiro da venda dos ativos para a AES, por exemplo, será usada para concluir o empreendimento Alto Sertão III - Fase A.

O projeto, de 400 MW, está com 90% das obras concluídas e deverá entrar em operação em agosto. A fase B do empreendimento terá capacidade de 300 MW, mas que possivelmente ficará para 2019. Na carteira da empresa, há ainda 355

MW contratados em leilão a ser construídos em Umburanas, na Bahia. Pelo cronograma original, o projeto teria de entrar em operação em 2018.

Dívida. Outra parte do dinheiro da venda de Alto Sertão II deverá reduzir a alavancagem da empresa, cuja dívida soma algo em torno de R\$ 1,6 bilhão. A crise na Renova começou com uma frustrada parceria com a SunEdison. Em junho de 2015, a empresa vendeu 14 parques eólicos para o grupo americano, por cerca de R\$ 1,6 bilhão. Desse valor, cerca de R\$ 500 milhões entraram no caixa da empresa em dinheiro, e o pagamento restante foi em ações. Com dificuldades nos Estados Unidos, os papéis da SunEdison despencaram e a Renova teve de contabilizar as perdas e fazer uma ampla reestruturação.

Considerada uma das precursoras no setor de energia eólica, a companhia teve de enxugar sua estrutura e cortar despesas. Para equalizar as contas, renegociou e cancelou contratos com os sócios. Em meados do ano passado, por exemplo, ela entrou em acordo com a Cemig para encerrar a venda de quase 700 MW de energia de um parque eólico que entraria em operação em 1º de janeiro de 2019. Além disso, os sócios tiveram de aportar mais de R\$ 700 milhões para que a empresa continuasse de pé. A venda de ativos agora deve dar novo fôlego para empresa superar os próximos desafios.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Falta de chuva faz conta de energia ficar mais cara

As contas de luz em abril terão bandeira vermelha, com cobrança extra para todos os consumidores do país. A medida, anunciada ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), indica que a energia está mais cara, com mais geração termelétrica. A sinalização será aplicada no primeiro patamar, o que representa acréscimo de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

O Correio antecipou a probabilidade de bandeira vermelha em matéria sobre os custos da energia, publicada domingo passado. O sistema de bandeiras é atualizado mensalmente pela Aneel, que avalia a situação dos reservatórios em todo o país para tomar uma decisão. As chuvas ficaram abaixo das expectativas e da média histórica entre novembro e março, considerado o período úmido, o que levou à necessidade de acionar mais termelétricas para geração de energia.

Na avaliação da agência, a situação se agravou. A preocupação é poupar água nos reservatórios, ainda em níveis críticos, para garantir que não haja escassez no período seco, que começa em maio. Conforme o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a expectativa é de que as chuvas em abril atinjam apenas 68% da

média histórica na região das hidrelétricas do Sudeste, que concentra a maior parte dos reservatórios.

Com pouca chuva, as usinas não conseguem recuperar o nível de armazenamento em seus lagos. Para economizar a água, é preciso gerar energia de usinas termelétricas, a mais cara do mercado. De acordo com estimativa da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a menor geração hídrica deve gerar um impacto financeiro de R\$ 20,9 bilhões no mercado por conta da necessidade de compra de energia mais cara.

Em abril, especificamente, os consumidores terão um alívio pontual para compensar essa elevação. Com a devolução da cobrança indevida pela energia de reserva de Angra 3, anunciada pela Aneel, haverá uma redução de 5,92% na fatura deste mês no Distrito Federal, que vai reduzir o impacto da mudança para bandeira vermelha.

Termelétricas

Apesar de ter sido mantida durante todo o ano de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016, há 13 meses a bandeira vermelha não era acionada. Desde março do ano passado, as contas mensais oscilaram entre as bandeiras verde, sem cobrança adicional, e amarela, com custo extra de R\$ 2 por cada 100 kWh consumidos.

A bandeira vermelha possui dois patamares de cobrança. Quando o custo das termelétricas ligadas supera R\$ 422,56 por megawatt-hora (MWh), a Aneel utiliza o primeiro patamar da bandeira vermelha, que adiciona R\$ 3 a cada 100 kWh consumidos. Se o valor da energia das térmicas acionadas for superior a R\$ 610,00 por MWh, o sistema atinge o segundo patamar, cujo acréscimo é de R\$ 3,50 a cada 100 kWh.

Em março, esse custo ficou entre R\$ 211,28 e R\$ 422,56 por MWh, nível em que é aplicada a bandeira amarela. De dezembro a fevereiro, havia vigorado a bandeira verde, sem nenhuma cobrança adicional na conta de luz, porque o custo das térmicas acionadas ficou abaixo de R\$ 211,28 por MWh.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Ameaça ao ambiente

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, coerente com as promessas da campanha eleitoral, começou o desmonte das medidas ambientais do antecessor Barack Obama. Na terça-feira, por decreto, autorizou o chefe da Agência de

Proteção Ambiental (EPA), Schott Pruitt, a revisar o Plano de Energia Limpa, que restringe a emissão de gases pelas usinas de carvão. “O meu governo está acabando com a guerra contra o carvão”, avisou Trump, e garantiu que a decisão terminava com o “roubo da prosperidade americana” e promoveria a “independência energética do país”, com a recriação de empregos na indústria de combustíveis fósseis.

A decisão não significa, de imediato, o rompimento dos Estados Unidos com o Acordo de Paris, que estabelece metas de redução da emissão de gases de efeito estufa, com o intuito de mitigar as mudanças climáticas. Mas a reorientação da política ambiental norte-americana caminha em sentido contrário ao do consenso científico global. Trump e a parcela da população que o elegeu atribuem a discussão sobre clima à fé e às ideologias contrárias ao interesse nacional.

O afastamento dos EUA dos objetivos do Acordo do Clima impactará em todo o planeta, e os americanos não estarão salvos. Haverá reflexos na economia interna, o que poderá frustrar as expectativas de Trump de carimbar a sua gestão como a mais próspera de todos os tempos. A maioria dos setores vem adequando os sistemas de produção aos conceitos ambientais, de modo a atender as demandas dos mercados nacional e externo, que se tornaram mais exigentes ante os alertas dos fenômenos climáticos.

A indústria norte-americana tem investido alto nos segmentos da energia solar e eólica. O setor automobilístico, um dos ícones dos EUA, vem adaptando os veículos para reduzir o elevado consumo de combustível fóssil e a emissão de gás carbônico. Entre os 50 estados americanos, 39 têm planos de aumento do percentual de energias renováveis no setor elétrico. O apoio ao uso de energias limpas — o que exclui o carvão — é bipartidário no país, une republicanos e democratas afinados com os princípios de advertências do mundo acadêmico em relação os efeitos danosos das alterações no clima. As grandes corporações têm consciência de que é preciso se enquadrar em um modelo de baixo carbono. A tendência é que continuem investindo nessa linha e ignorem a orientação do governo Trump, cuja estada na Casa Branca não poderá ultrapassar o limite de 8 anos, pelas leis do país.

A resistência chinesa ao Acordo de Paris foi rompida na gestão de Barack Obama. Juntas, as duas nações são responsáveis por 40% das emissões de gases poluentes na atmosfera. A China, principal concorrente comercial dos Estados Unidos, lidera a produção de energia eólica e solar e se prepara para ter a maior produção de carros elétricos do mundo. Após o anúncio de Trump, China e Europa reafirmaram compromisso com as metas fixadas no Acordo de Paris.

Os retrocessos ambientais da era Trump poderão isolar a maior potência mundial ante as 195 nações que aderiram à Convenção do Clima da ONU e União

Europeia, o que não será bom para americanos nem para o restante do mundo. Os interesses particulares e a arrogância de Trump são uma ameaça aos próprios EUA. Ignorar as advertências da natureza, constatadas pelos cientistas, significa expor o futuro dos americanos e do restante do planeta a risco desnecessário.

MME / ASCOM .